



PEC impede privatização da Petrobras até 2050

Para a autora da PEC, Vanessa Grazziotin, a preservação da Petrobras como estatal vai assegurar a continuidade das conquistas da empresa no setor de petróleo

Agência Petrobras



A proposta, em análise na CCJ, veda a alienação pela União do controle acionário da Petrobras até 2050. A empresa é hoje uma sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista principal é o governo brasileiro. Para Vanessa Grazziotin, é difícil conceber que a Petrobras pudesse alcançar os importantes resultados que obteve em sua história caso tivesse sido entregue à iniciativa privada. Ela observa ainda que o uso das compras da empresa como instrumento de política econômica também seria impossível fora do regime estatal. **3**

A Petrobras, cuja sede fica no Rio, prevê investimentos de US\$ 220,6 bilhões no país até 2018

Terminam hoje inscrições para cursos do ILB **2**

Atuação de advogado sem registro não é consenso **3**

Telemarketing tem carreira em discussão

Está pronto para votação na Comissão de Meio Ambiente (CMA) substitutivo a dois projetos que tratam do tema e tramitam em conjunto, estabelecendo, entre outros aspectos, a duração da jornada de trabalho dos operadores do serviço.

De acordo com o texto, a jornada diária da categoria poderá ser fixada em até 6 horas, com 36 horas semanais. A cada 90 minutos de trabalho contínuo, os operadores terão direito a intervalo de 10 minutos para repouso não computado na jornada. **4**

Comissão pede informações para avaliar representação em La Paz **4**

Cerveró fala à CPMI e Meire Poza, à Câmara

As investigações sobre irregularidades na Petrobras prosseguem hoje no Congresso. Na CPI mista, será ouvido o ex-diretor da área internacional da estatal Nestor Cerveró.

No Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, a contadora Meire Poza falará sobre as relações entre o deputado Luiz Argôlo e o doleiro Alberto Youssef. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Ex-diretor da Petrobras, Cerveró foi o responsável por parecer sobre Pasadena

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Avaliação do Programa Nacional de **BANDA LARGA**

As comissões permanentes do Senado Federal fiscalizam a execução de políticas públicas do Governo Federal. Com esse objetivo, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) promoverá reunião para avaliar o Programa Nacional de Banda Larga. É o Senado cumprindo seu papel constitucional.

Secom | Publicidade e Marketing



Servidores do Senado assistem a aula presencial no ILB, que também oferece cursos a distância para a população em geral

Matrículas para cursos a distância terminam hoje

ILB oferece 11 cursos gratuitos e exclusivos para servidores do Poder Legislativo. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem das pré-matrículas. Atividades começam no dia 19 de agosto

QUEM ESTIVER APTO e quiser se inscrever nos 11 cursos a distância (EaD) ofertados pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) no segundo semestre de 2014 tem até hoje para fazer a matrícula. Os cursos são gratuitos e exclusivos para servidores do Poder Legislativo, o que inclui a Câmara dos Deputados, os tribunais de contas (estaduais, municipais e da União), as assembleias legislativas, as câmaras municipais e as escolas do Legislativo. O início das atividades está previsto para 19 de agosto.

Há limite de 120 alunos por curso. As vagas são preenchidas de acordo com a ordem das pré-matrículas e os servidores do Senado têm prioridade. Nos estudos e atividades, os alunos serão guiados por tutores, que são servidores efetivos e comis-

sionados do Senado, com especialização, mestrado ou doutorado em diversas áreas de conhecimento.

A população em geral pode se inscrever para os 21 cursos sem tutoria disponíveis no ILB. Basta ter acesso a um computador.

Nessa modalidade de ensino a distância, são disponibilizados cursos sobre temas como cerimonial no ambiente legislativo, desenvolvimento de equipes, direito administrativo para gerentes no setor público e gestão estratégica com foco na administração pública.


No primeiro semestre, as matrículas nos cursos de ensino a distância bateram todos os recordes, chegando a 100 mil inscritos nos cursos com tutoria e naqueles que não requerem a atuação de um mediador. O objetivo, segundo

a coordenadora dos cursos sem tutoria, Ana Alba Mafra, é atingir 1 milhão de alunos.

Cursos presenciais

O Senado também ministra cursos para a formação de seus servidores. O período de matrículas ainda está aberto para cinco cursos presenciais: gestão de contratos, processo legislativo orçamentário, projeto básico e termo de referência para licitações, redação oficial e Siafi operacional. As aulas são nos dias da semana ou em dias alternados, dependendo do curso.

O treinamento é ecologicamente sustentável, com o uso apenas de ambiente virtual, o novo Sistema Saberes, desenvolvido pelo Interlegis e usado nos cursos de EaD.

 Acesse o link para saber mais sobre os cursos: www.senado.leg.br/EAD

LDO pode ser votada no próximo esforço concentrado

Valdir Raupp (PMDB-RO) acredita que o Congresso Nacional possa votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 no esforço concentrado dos dias 2 e 3 de setembro.

Para isso, segundo o senador, será fundamental a cobrança dos presidentes do Senado,

Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, para que os parlamentares venham a Brasília, mesmo durante a campanha eleitoral.

Raupp lembra que o esforço concentrado é fundamental, pois permite votar, além de projetos importantes como o da LDO 2015 (PLN 3/2014),

medidas provisórias que, se não forem votadas, perdem os prazos de validade.

Em função do período eleitoral, os presidentes da Câmara e do Senado acordaram com os líderes partidários a realização de dois esforços concentrados: um em agosto, já concluído, e outro em setembro.

Câmara ouve contadora de doleiro e CPMI recebe Nestor Cerveró hoje

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara ouve hoje às 10h a contadora Meire Poza. Ela falará sobre as relações entre o deputado Luiz Argôlo (SD-BA) e o doleiro Alberto Youssef. Segundo a revista *Veja* desta semana, Meire prestava serviços a Youssef, preso na Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

Na CPI mista que investiga irregularidades na Petrobras, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e os deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Izalci (PSDB-DF) também apresentaram requerimentos para ouvir Meire Poza. No entanto, a votação dos pedidos ainda não está marcada.

“Por ter tido acesso privilegiado ao cerne da quadrilha, bem como aos documentos que servem como prova dos malfeitos por corruptos e corruptores, Meire Poza pode ser considerada hoje uma das principais testemunhas para auxiliar-nos na tarefa de esclarecer fatos e apurar responsabilidades por um dos maiores esquemas de desvio de dinheiro público já descoberto des-

de o mensalão”, justifica o, deputado Rubens Bueno, integrante da oposição, ao requerer a convocação da contadora.

Vanessa Grazziotin afirma no requerimento que Meire pode dar detalhes sobre como Youssef montava empresas de fachada, organizava planilhas de pagamento, fechava contratos de serviços inexistentes e manuseava notas fiscais frias.

Hoje, os parlamentares que integram a CPMI vão ouvir o ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró, autor do documento que serviu de base para que o Conselho de Administração da empresa aprovasse a compra da refinaria de Pasadena (EUA), em uma negociação que deu prejuízo à estatal.

A comissão, integrada por deputados e senadores, funciona paralelamente à CPI exclusiva do Senado, da qual participam somente senadores da base aliada do governo, uma vez que a oposição se recusou a fazer parte do colegiado.

(Com Agência Câmara)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão ordinária não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

PRESIDÊNCIA Posse no TCU

10h O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da cerimônia de posse do consultor legislativo Bruno Dantas no cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O evento será no Plenário do tribunal.


CPI DA PETROBRAS Requerimentos


10h15 A CPI do Senado analisa requerimentos, como o que pede ao TCU cópia de auditorias sobre compra da refinaria de Pasadena.

CPMI DA PETROBRAS Cerveró

14h30 A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Petrobras ouve o ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:  <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:  <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333



Mozarildo: senadores farão diagnóstico sobre o Mais Médicos

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou ontem em Plenário que, após as eleições, será criado um grupo de trabalho na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para visitar instalações e elaborar um diagnóstico sobre o Programa Mais Médicos, do governo federal. Um dos objetivos é sugerir medidas capazes de solucionar o problema da falta de médicos no país.

O senador também vai pedir informações sobre o programa ao Ministério da Saúde e aos secretários estaduais e municipais da área. Ele quer conhecer, por exemplo, o tipo de formação dos médicos cubanos que atuam no Brasil.

Mozarildo recordou que, na época da votação, no Congresso Nacional, do projeto que criou o Mais Médicos, ele defendeu que o programa não passasse de uma medida emergencial por três anos. O senador também recomendou que a ação fosse acompanhada da compra de equipamentos e da construção de prédios adequados.

— É verdade que faltam médicos? É. Mas também é muito verdade que falta administração, mais combate à corrupção, e, sobretudo, responsabilidade dos governantes.

PEC proíbe privatização da Petrobras até o final de 2050

O projeto impede a venda do controle acionário da estatal. Hoje, o governo federal é majoritário

AGUARDA DESIGNAÇÃO DE relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2014, que proíbe a venda do controle acionário da Petrobras pelo governo brasileiro até 31 de dezembro de 2050.

Atualmente, duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) — uma exclusiva do Senado e uma mista — investigam a Petrobras em razão de supostas irregularidades em negócios como a aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

De autoria de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e subscrita por outros senadores, a PEC 15/2014 acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) dispositivo para vedar a alienação, pela União, do controle acionário da Petrobras até 2050. A estatal é hoje uma sociedade anônima de capital aberto,

cujo acionista majoritário é o governo brasileiro.

Em 60 anos de existência, observa Vanessa, a Petrobras mantém uma trajetória de conquistas internacionalmente reconhecidas no desenvolvimento e na aplicação de tecnologias para a produção de petróleo em águas profundas. Para ela, é difícil acreditar que todos esses resultados tivessem sido alcançados se a exploração de petróleo no Brasil fosse inteiramente entregue à iniciativa privada.

Vanessa considera também a possibilidade de usar as compras feitas pela Petrobras como instrumento de política industrial, o que não seria possível caso ela fosse orientada exclusivamente pelo lucro. Do mesmo modo, não haveria incentivo para a atuação social e cultural atualmente praticada pela Petrobras, sem falar no elevado montante de recursos transferidos aos

entes federados, utilizados no financiamento da oferta de serviços públicos, como saúde e educação.

A senadora observa ainda que o Plano de Negócios e Gestão da Petrobras prevê investimentos de US\$ 220,6 bilhões para o período 2014–2018, o equivalente atualmente a quase R\$ 500 bilhões. Em 2013, foram pagos R\$ 74,7 bilhões em tributos e R\$ 31,3 bilhões em royalties e participações especiais. Naquele ano, as receitas foram de R\$ 304,9 bilhões. Os investimentos totalizaram R\$ 104,4 bilhões.

Vanessa ressalta que mais de R\$ 2 bilhões são investidos em pesquisa anualmente pela Petrobras, buscando a ampliação das reservas, a extração e o refino com mais eficiência, o aprimoramento da logística de distribuição, a diversificação das fontes energéticas e a maior sustentabilidade, entre outros objetivos.



Para Vanessa Grazziotin, as conquistas tecnológicas da Petrobras não seriam possíveis se a empresa não fosse estatal



Raupp pede medidas de apoio à navegação de cabotagem

Após advertir que o Brasil precisa diversificar a matriz de transporte, Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ontem ao governo a adoção urgente de medidas de incentivo à navegação de cabotagem — feita entre portos nacionais, por mar ou rios.

O senador observou que a cabotagem conta com uma série de vantagens, como maior segurança e menor emissão de gases poluentes, além de custo menor que o transporte rodoviário e o ferroviário. No entanto, o setor enfrenta problemas, como o custo dos combustíveis, que, em alguns casos, chega a 50% do frete. Por isso, segundo ele, são necessárias medidas para reduzir o preço do combustível, já que hoje é mais caro transportar um contêiner de Porto Velho a Manaus do que levar a mesma carga de Manaus à China ou Índia. Raupp pediu ainda a redução da burocracia para baixar os custos com a tripulação e o aumento, até 2017, do número de embarcações para 96.

— O incentivo, combinado com o investimento em nossas hidrovias, pode ser um estímulo poderoso à atividade econômica da Região Norte — afirmou o senador.

Projeto regula atuação de advogado público

Jorge Viana (PT-AC) apresentou proposta de emenda à Constituição para proibir a atuação de advogados e procuradores públicos na advocacia privada. Hoje, o exercício concomitante é vedado no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU), mas permitido em alguns estados e municípios.

O texto (PEC 26/2014) acrescenta artigo à Constituição para vedar o exercício da advocacia privada a todos os servidores da advocacia pública federal, estadual e municipal, no Executivo e no Legislativo, incluídos os tribunais de contas.

Na justificativa da proposta, o senador defende a providência “pelo fato de serem os advogados e procuradores públicos detentores de informações estratégicas, necessárias à defesa judicial, extrajudicial, consultoria e assessoramento jurídico aos chefes dos Poderes Executivos de todos os entes federados”, bem como do Poder Legislativo.

Viana questiona a autorização à prática privada dada por alguns estados e municípios, bem como a possibilidade aberta, conforme interpretação recente da AGU, a advogados e procuradores federais em licença.

“A possibilidade gera, como consequência indesejada, a transferência e a apropriação de informações públicas estratégicas por interesses privados contra o próprio Estado, em sentido lato, o que reafirma a incompatibilidade dessa dupla atuação e constitui uma clara afronta ao princípio da moralidade, baliza essencial da atuação da administração pública”, observa.

A PEC aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para serem aprovadas, propostas de emenda à Constituição precisam de votos favoráveis de três quintos dos membros de cada Casa (49 no Senado e 308 na Câmara), em dois turnos.

OAB permanece contra carreira de paralegal

Apesar de ter sido aprovado em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJC), o projeto que cria a carreira de paralegal para formados em direito (PL 5.749/2013) pode não passar imediatamente à análise do Senado. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), contrária à carreira, busca apoio de deputados para que a matéria passe pelo Plenário da Câmara.

O projeto, do deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), estabelece que os graduados em direito podem exercer a atividade de paralegal mesmo sem aprovação no exame da OAB, contando com as mesmas prerrogativas do estagiário de advocacia. O exercício da carreira, no entanto, fica limitado a três anos.

A nova carreira é vista como uma opção para um contingente estimado em até 5 milhões de graduados que não podem exercer a advocacia por não terem sido aprovados no exame da OAB. Uma proposta semelhante (PLS 232/2014) chegou a ser apresentada no

Senado, mas o autor, Marcelo Crivella (PRB-RJ), pediu o arquivamento.

Segundo a OAB, a criação da carreira de paralegal não ataca as causas do problema do ensino jurídico no país.

— O que precisamos discutir é a qualidade do ensino jurídico. Se o bacharel não consegue passar no exame de ordem, vai se criar a figura do paralegal para inseri-lo no mercado ou vai se procurar as causas que o levaram a não passar, apesar de cinco anos estudando direito? — questionou Eduardo Pugliesi, presidente da Comissão Especial de Acompanhamento Legislativo da OAB, em entrevista à Rádio Senado.

A OAB chegou a propor uma saída intermediária, que permitiria a permanência do graduado como estagiário por dois anos após a formatura — sem a criação de uma carreira específica. A CCJC, porém, aprovou relatório do ex-deputado Nelson Trad, que apenas limitou a três anos o exercício da atividade de paralegal.

Texto fixa jornada de 6 horas para a categoria, totalizando 36 horas semanais. O relator na CMA, Rodrigo Rollemberg, acatou, com emendas, substitutivo aprovado na CCJ



Ano Volpe / Agência Senado

Pelo projeto em apreciação na Comissão de Meio Ambiente, os operadores de telemarketing terão direito a um intervalo de descanso de 10 minutos a cada 90 minutos de trabalho contínuo

Comissão analisa regras para telemarketing

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) pode deliberar sobre a criação de lei específica para regulamentar a atividade de telemarketing. Está pronto para votação substitutivo a dois projetos (PLC 56/2009 e PLS 673/2011) que tratam do tema e tramitam em conjunto, estabelecendo, entre outros aspectos, a duração da jornada de trabalho dos operadores do serviço.

De acordo com o texto, a jornada diária da categoria poderá ser fixada em até 6 horas, totalizando 36 horas semanais. A cada 90 minutos de trabalho

contínuo, os operadores de telemarketing terão direito a intervalo de 10 minutos para repouso, não computado na jornada diária. Em caso de descumprimento da regra, a empresa será obrigada a pagar ao trabalhador multa equivalente a dez vezes o valor do salário do funcionário.

Também estará sujeita a multa de pelo menos R\$ 30 mil a operadora de telemarketing que insistir em contatar um cidadão que já declarou não querer o serviço. Já a cessão ou comercialização não autorizada de bancos de

dados de pessoas físicas ou jurídicas contatadas deverá acarretar multa de R\$ 100 mil, aplicada em dobro em caso de reincidência.

As empresas poderão manter por até cinco anos registros de pessoas físicas e jurídicas destinatárias de cada campanha de telemarketing. O relator na CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), acatou, com emendas, substitutivo aprovado em fevereiro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador incluiu o sábado entre os dias em que é permi-

tido o contato das empresas de telemarketing com os consumidores — o texto aprovado na CCJ já autoriza esse contato de segunda a sexta-feira. As chamadas poderão ser feitas entre as 8h e as 20h.

Rollemberg também apresentou artigo para determinar que parte das regras contidas na lei não alcançam entidades filantrópicas e organizações sem fins lucrativos que prestam assistência social, educacional e de saúde.

O senador observa que essas entidades, que atendem populações em situação de

vulnerabilidade, mantém trabalhos sociais com recursos “de pequenas doações, auferidas por meio de telemarketing ativo ou receptivo”.

O relator, no entanto, manteve para operadores de entidades filantrópicas a jornada de seis horas de trabalho, entre outras medidas de proteção dos trabalhadores.

Após análise pela CMA, o substitutivo segue para exame pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Assuntos Sociais (CAS).

Avaliação de embaixador em La Paz pode ser em setembro

A aprovação do novo embaixador brasileiro em La Paz poderá ocorrer só depois do esclarecimento de detalhes sobre a fuga para o Brasil do senador opositor boliviano Róger Pinto Molina, há um ano. Essa é a proposta de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), relator da mensagem presidencial da indicação de Raymundo Santos Rocha Magno para o cargo.

O primeiro relator da mensagem, enviada ao Congresso em agosto do ano passado, foi Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Ele apresentou um pedido de informações ao Ministério das Relações Exteriores a respeito da fuga de Molina com o auxílio do então encarregado de negócios brasileiro em La Paz, Eduardo Saboia. Molina se diz vítima de perseguição política em seu país e cruzou a fronteira para o Brasil após passar 15 meses na embaixada brasileira.

Jarbas pretendia saber quantas correspondências foram enviadas por Saboia ao Itamaraty a respeito do caso e qual o conteúdo das mensagens. O senador ponderou que não



Relator da indicação do novo embaixador, Aloysio quer informações do Itamaraty

se justificaria o envio, naquele momento, de um novo embaixador à Bolívia, uma vez que ainda existiam “pendências a exigir esclarecimentos”. Em dezembro, insatisfeito com as respostas, Jarbas devolveu a mensagem à comissão. Em maio deste ano, Aloysio foi indicado como novo relator.

Aloysio observa que, nos meses que se seguiram ao requerimento de informações, as dificuldades nas relações bilaterais “voltaram a aflorar”. Após a fuga de Molina, o então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, foi substituído por Luiz Alberto

Figueiredo. O novo ministro visitou a Bolívia em abril e, segundo o relator, não teria obtido a esperada renovação do fornecimento de gás boliviano a Cuiabá.

O senador acrescentou que o governo boliviano acirrou as críticas ao Brasil por supostos danos ambientais provocados pelas Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

Todo o quadro levou o relator a solicitar informações adicionais ao Itamaraty. O parecer poderá ser colocado em votação na próxima reunião da comissão, provavelmente em setembro.

Projeto aumenta proteção do consumidor no comércio eletrônico

Waldemir Moka (PMDB-MS) apresentou nesta semana projeto que modifica o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990). A proposta (PLS 243/2014) prevê que caberá ao fornecedor de produto ou serviço contratado pela internet o ônus da prova do contrato, em caso de cobrança de débitos.

A medida quer impedir cobranças indevidas, como no caso em que o consumidor tem os dados pessoais usados por outra pessoa e ainda é pressionado pela empresa fornecedora para que pague o débito resultante do contrato fraudulento.

Para o senador, não são raros os casos em que o consumidor que se recusa a quitar o débito gerado por terceiros, de má-fé, tem o nome inscrito em cadastro de inadimplentes e é obrigado a recorrer ao Judiciário para recuperar a capacidade de crédito.

— Além dos conflitos e da insatisfação dos consumidores, a insegurança das pessoas

com as fraudes perpetradas no mundo virtual dificulta a expansão do comércio eletrônico, com prejuízos para as próprias empresas — completa.

Com o projeto, ele pretende incentivar a empresa fornecedora de produto ou serviço a formalizar contratos feitos pela internet. De acordo com o texto, sem a comprovação, o fornecedor ficará impedido de comunicar aos órgãos de proteção ao crédito informações negativas sobre o consumidor.

Moka lembra que o comércio eletrônico ampliou o acesso da população ao mercado de bens e serviços, com maior comodidade. No entanto, aponta insegurança jurídica nesse tipo de negócio pela falta de um contrato físico, assinado pelas partes. A matéria aguarda designação de relator na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde será votada em decisão terminativa.